

BOLETIM 165

Brasília, 15 de julho de 2016

FGV: PIB acumula queda de 4,7% em 12 meses

O Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, acumula queda de 4,7% em 12 meses, segundo o Monitor do PIB de maio da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa é a 17ª queda consecutiva do indicador, que registrou recuo ligeiramente inferior ao observado em abril (-4,8%).

Dez dos 12 setores produtivos pesquisados têm queda no acumulado de 12 meses, com destaque para a indústria da transformação (-9,9%), comércio (-9,9%), transporte (-7,4%) e **construção (-5,7%)**. Outros setores com redução no acumulado de 12 meses são outros serviços (-3,7%), serviços de informação (-3,3%), indústria extrativa mineral (-3%), agropecuária (-2%), intermediação financeira (-0,6%) e administração pública (-0,2%).

Apenas dois itens acumulam alta nesse período, segundo o Monitor do PIB de maio: serviços imobiliários (0,2%) e eletricidade (2,5%).

Sob a ótica da demanda, apenas o setor externo é favorável para o PIB, com exportações crescendo 9,6% e as importações recuando 17,3%. A demanda interna é negativa nos três segmentos analisados: formação bruta de capital fixo, isto é, os investimentos (-15,8%), consumo das famílias (-5,4%) e consumo do governo (-1,2%).

Ainda de acordo com o Monitor do PIB, o Produto Interno Bruto apresentou quedas de 0,41% na passagem de abril para maio, de 0,46% no



trimestre encerrado em maio na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro e 4% na comparação com maio de 2015.

Fonte: Agência Brasil

IBC-Br - atividade econômica recua em maio e acumula queda de 6,26%

Ainda que a mídia e o governo interino de Michel Temer tentem passar um certo clima de que o pior já passou, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado pelo Banco Central, na quinta-feira (14), é desanimador. O IBC-Br, considerado uma “prévia” do PIB (Produto Interno Bruto), registrou uma retração de 5,51% nos últimos doze meses. No mês de maio, na comparação com abril, o recuo foi de 0,5%, o maior desde janeiro de 2016, quando foi registrada uma queda de 0,69%. No acumulado do ano até maio, o índice está negativo em 6,26%.

As altas taxas de juros, o aumento do desemprego, queda na produção e nos



investimentos, restrição ao crédito e o arrocho salarial apontam para mais um ano de recessão. Em 2015, o PIB ficou negativo em -3,8%, o pior em 26 anos. Para este ano, todas as estimativas afirmam que a queda será superior a -3,0%.

Segundo dados do BC, em maio em relação a maio de 2015, a retração é de 4,92%. Neste caso, a comparação foi feita sem ajuste sazonal – pois considera períodos iguais. Com ajuste sazonal, a queda, nesta comparação, foi de 5,32%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Selic alavanca juros extorsivos ao consumidor

As taxas de juros para pessoas físicas e jurídicas voltaram a subir no mês de junho, tanto em relação a maio, quanto em relação a junho de 2015, exceto CDC para automóveis. Subiram pelo 21º mês consecutivo, segundo pesquisa divulgada pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade) na semana passada.

As taxas dos cartões de crédito e dos cheques especiais permaneceram as mais absurdas, fixando-se respectivamente em 447,44% ao ano e 286,27% a.a. A primeira é a maior desde outubro de 1995. A segunda é a maior taxa desde abril de 1999.

Conforme ressaltou a ANEFAC, o período de março/2013 a junho/2016 o Banco Central elevou a taxa básica de juros Selic em 7,00 pontos percentuais, de 7,25% a.a. para 14,25% a.a., uma elevação de 96,55% a.a. Nenhuma outra linha atingiu essa mesma variação.

“Neste período a taxa de juros média para pessoa física apresentou uma elevação de 65,53 pontos percentuais (elevação de 74,49%) de 87,97% ao ano em março de 2013 para 153,50% ao ano em junho de 2016. Nas operações de crédito para pessoa jurídica houve uma elevação de 28,56 pontos percentuais (elevação de 65,53%) de 43,58% ao ano em março de 2013 para 72,14% ao ano em junho de 2016.”, diz ANEFAC.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Padilha: reformas da Previdência, tributária e política devem sair ainda em 2016

O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, disse nesta quinta-feira (14), após reunir-se com empresários em São Paulo, que o governo pretende fazer as reformas da Previdência, trabalhista, tributária e política até o final deste ano. Segundo Padilha, a reforma mais urgente é a da Previdência.

“Se quisermos fazer as reformas, tanto da Previdência, quanto trabalhista, tributária e política – e queremos essas quatro antes do final do ano – não se pense em um calhamaço de reforma com 60 artigos porque não sai nada. O que precisamos fazer são tópicos”, disse o ministro. “A reforma prioritária é a da Previdência. Dois: trabalhista; três: tributária; e quatro: política.”



Na Previdência, os itens prioritários são a questão da idade, da diferença entre os sexos e da diferença entre as profissões. Na área trabalhista, Padilha não citou quais são os itens prioritários, mas disse que o governo pretende modificar “dois ou três temas”.

Segundo o ministro, o governo não tem propostas sobre esses assuntos e pretende construí-las junto com a sociedade. “Não queremos ter proposta. Queremos que todos sejam responsáveis. Se o governo tiver posição monocrática, não haverá reforma nenhuma.” De acordo com Padilha, o governo sabe que será necessário um período de transição após as reformas. “Em todas essas medidas tem que haver um tempo de transição. Isso é olhar o que aconteceu no mundo desenvolvido, onde existem sistemas previdenciários sustentáveis. Vai colocar de imediato? Não. Temos que negociar tempo de transição.”

O ministro reafirmou que o governo vai continuar “passando um pente-fino” em algumas medidas para “colocar ordem na casa” e evitar a necessidade de criação de algum imposto para conter o déficit, o que poderia ser encarado como medidas impopulares. “Já passamos um pente-fino nas questões do seguro-desemprego e do auxílio-doença e vamos economizar, com isso, R\$ 7 bilhões por ano. São medidas populares ou impopulares? São medidas de justiça.”

Com tais medidas, o governo pretende evitar a criação de mais um imposto. “O governo não quer saber de aumento de impostos. O presidente Michel Temer diz: 'Não me fale em aumento de imposto antes de esgotarmos todas as nossas possibilidades internamente'. Pente fino para diminuir despesas e pente fino para aumentar receitas”, explicou Padilha. “Por

enquanto, a ordem do presidente é não falar em imposto. Primeiro vamos colocar a casa em ordem.”

“O pente-fino” deve englobar “seis ou sete itens”, entre eles programas como o Bolsa Família e o seguro-defeso para pescadores, destacou Padilha. Ele citou casos de pessoas que recebem seguro-defeso e não são pescadores e que, por isso, não deveriam receber o benefício, de pessoas que trabalham e não assinam contratos de trabalho para evitar perder o Bolsa Família. O ministro deu um exemplo pessoal. “No começo do ano que passou, a pessoa que trabalhava na minha casa resolveu sair por razões pessoais. Busquei outra. Pedi a carteira, dizendo que queria registrá-la, e ela disse: 'Doutor, me desculpe, eu quero trabalhar, mas não quero carteira assinada porque aí vou perder a Bolsa Família. E não posso perder a Bolsa Família'. Tenho exemplo pessoal. Quantas pessoas estão nessa circunstância no Brasil?”

De acordo com Padilha, uma análise preliminar feita pelo governo mostra que, entre 10 mil casos do Bolsa Família, houve uma “anomalia” de 14%. Ou seja, 14% destes 10 mil casos podem estar irregulares. “Mas é uma amostragem”, ressaltou o ministro.

Na tarde desta quinta-feira, o chefe da Casa Civil participou de um encontro com empresários, de diversos setores, na sede da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abidb). A reunião foi fechada, mas, ao final, o ministro falou com jornalistas.

Fonte: Portal EBC

Debatedores divergem sobre diagnóstico e soluções para a Reforma da Previdência

Sete em cada 10 brasileiros estão cobertos pelo Regime Geral da Previdência Social (72,5% da população). São mais de 52 milhões de contribuintes e 32 milhões de aposentados e pensionistas

Enquanto o governo federal elabora a proposta de Reforma Previdenciária, que deve enviar ao Congresso Nacional no segundo semestre deste ano, o assunto já gera debates na Câmara. Nesta quarta-feira (13), os problemas da Previdência Social brasileira foram discutidos na Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, da Câmara dos Deputados.

O representante do Tribunal de Contas da União (TCU) na audiência pública, Fábio Granja, disse que o saldo da Previdência é negativo em quase R\$ 86 bilhões. E que a tendência é piorar, já que a população vive cada vez mais e tem menos filhos.

Ou seja, segundo ele, se não houver mudanças, a partir de 2024 não haverá trabalhadores na ativa, contribuindo para o sistema, suficientes para bancar os benefícios dos aposentados. "É uma crise anunciada", destaca o representante do TCU.

Idade média de aposentadoria - Por isso, ao debater mudanças na lei, é preciso levar em conta alguns problemas que existem hoje. Por exemplo, a idade em que os brasileiros podem se



aposentar. Atualmente, a média de idade de quem se aposenta por tempo de contribuição é 54 anos e meio, segundo dados do governo.

E para Fábio Granja, isso causa impacto nas contas: "O Brasil é um dos poucos países que ainda tem aposentadoria por tempo de contribuição sem nenhum tipo de controle de idade. Na informação que nós temos, só existem três outros países que têm o mesmo tipo de aposentadoria: Irã, Iraque e Equador".

Auditor contesta TCU - O representante da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP, Vilson Romero, contesta que estabelecer uma idade mínima seja uma solução, porque, segundo ele, menos de 17% das aposentadorias são precoces.

Também discorda de que a Previdência esteja no vermelho. Para ele, na hora de fazer contas, é preciso levar em conta o orçamento da Seguridade Social como um todo, não só da Previdência. Sob esse ponto de vista, teria sobrado R\$ 24 bilhões no ano passado.

Independentemente de números, ele pede que os parlamentares sejam sensíveis ao avaliar as propostas de mudanças que estão por vir. "Nenhuma reforma da Previdência, em momento algum, veio para melhorar a vida do trabalhador,



do aposentado, do cidadão em geral. Sempre veio para reduzir, para restringir, inclusive a qualidade de vida do cidadão ao fim da sua vida laborativa. Portanto temos que ter isso com clareza para não vermos somente sob o ponto de vista das mudanças paramétricas. Estamos lidando com vidas."

Fonte: Agência Câmara

Proposta de Temer achataria em 40% valor das aposentadorias em uma década

Se a proposta apresentada pelo governo interino de Michel Temer, de desvincular os reajustes das aposentadorias do salário mínimo, vigorasse há dez anos, os valores dos rendimentos teriam caído cerca de 40%, segundo estudos feitos pelos economistas João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O estudo, que consta na cartilha Entender e Defender a Previdência Social, será apresentado nesta sexta-feira (15) durante seminário promovido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, no centro da capital.

Segundo previsão dos economistas, sem a vinculação com o salário mínimo, o valor médio do vencimentos pagos aos aposentados e pensionistas cairia dos atuais R\$ 1.608 para para R\$ 1.013.

Sicsú diz que o cerne do modelo proposto pelo governo interino para o setor é de

Previdência Social cada vez mais restrita, de menor alcance, gerida pela iniciativa privada.

"A Previdência tem um sentido essencialmente social, e não um sentido econômico e exclusivamente contábil. Essa visão distorcida leva à redução do bem estar da sociedade", afirma o economista. Ele lembra que as aposentadorias e pensões são pagas a 30 milhões de pessoas, que garante não só a sobrevivência das famílias como colabora também para a estabilidade econômica do país. Desses 30 milhões de benefícios, 70% correspondem ao valor de um salário mínimo.

Segundo o professor, apesar da recuperação de cerca de 70% do valor do salário mínimo nos últimos anos, o valor de R\$ 880 ainda é muito pequeno.

Falso déficit - Sobre o propalado déficit do sistema previdenciário, pano de fundo para as propostas de reforma, Sicsú afirma que para esse cálculo não estão sendo contabilizadas as contribuições obrigatórias do governo, que compõem o sistema tripartite de financiamento da Previdência Social, conforme definido pela Constituição de 1988. Se contabilizadas, o déficit deixa de existir.

"Não existe esse tal déficit da Previdência Social, porque o nosso sistema, como é no mundo avançado, é tripartite. Sustentado por trabalhadores, empregados e governo. Aqui no Brasil não se contabiliza a parte do governo. A Constituição de 1988 estabelece orçamento onde o governo tem participação. Não se pode fazer essa conta só da folha de pagamento, da contribuição de empresários e trabalhadores", detalha o economista.

Fonte: Rede Brasil Atual



CCJ rejeita recursos e cassação de Eduardo Cunha vai a Plenário

Após duas reuniões e mais de 13 horas de discussão, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara rejeitou todos os recursos do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Com isso, o processo de cassação de Cunha seguirá para o Plenário.

Foram 48 votos contra e 12 a favor do relatório do deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), que levaria o processo de volta para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Cunha argumentava 16 irregularidades, mas o relator entendeu que apenas uma era procedente – a votação nominal teria sido feita sem amparo nas regras da Câmara.

Porém, a CCJ entendeu que a votação por chamada por partido em ordem alfabética foi acordada pelo conselho e faz parte das práticas da Câmara. O deputado Max Filho (PSDB-ES) foi escolhido como novo relator dos recursos e proferiu um parecer em que rejeitou todos os argumentos.

Cunha disse que vai recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF) e lamentou que a CCJ não tenha defendido seu direito ao devido processo legal. Para ele, há situações de cerceamento de defesa e nulidades do processo que a CCJ não considerou porque foi um julgamento político. “Essa comissão se omitiu nos questionamentos que fiz, o que é uma pena”, disse.

Fonte: Agência Câmara

Servidores públicos, centrais e parlamentares realizam ato na Câmara contra o PLP 257

O auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados foi palco de evento contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, do Executivo, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal aprofundando restrições para os servidores públicos, como o congelamento de salários, a redução de investimentos em saúde e educação, enfim, na contramão das necessidades e demandas do País.

O evento foi uma resposta rápida e contundente dos servidores, das centrais sindicais e de parcela expressiva do Parlamento contra a aprovação no dia 12/7 do pedido de urgência para votação do PLP 257, que se aprovado, vai trazer graves e sérios prejuízos para os servidores e a sociedade. O pedido de urgência teve 335 votos a favor e 118 contrários.

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, deputado Wolney Queiroz (PDT/PE), autor da realização da audiência, reafirmou o compromisso pessoal de inviabilizar a aprovação do projeto no plenário da Casa.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) também reafirmou seu apoio incondicional pela derrubada do projeto.

Todos os representantes de centrais sindicais, de entidades de classe de servidores e



da sociedade foram unânimes no discurso contrário ao PLP 257, que se aprovado vai aprofundar ainda mais o caótico quadro de políticas públicas e de acesso da população aos serviços públicos de saúde, educação, proteção social a cargo do INSS, e distribuição de renda.

Fonte: Diap

Governo libera R\$ 353 milhões para a Justiça do Trabalho

O governo editou uma medida provisória (MP) para liberar R\$ 353,7 milhões em crédito extraordinário para Justiça do Trabalho. A MP foi publicada na edição desta quinta-feira (14) do Diário Oficial da União.

No último dia 6, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o governo federal a abrir crédito extraordinário para pagamento de despesas da Justiça do Trabalho. A decisão foi tomada em resposta a uma consulta feita pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ao TCU.

Na consulta, Meirelles perguntou aos ministros se é cabível a abertura de crédito extraordinário quando a insuficiência de recursos puder acarretar a descontinuidade de serviços públicos essenciais.

Segundo a área técnica do TCU, a urgência da despesa “salta aos olhos”, porque, a partir de agosto deste ano, a Justiça do Trabalho não terá mais recursos suficientes para pagamento de despesas correntes.

Segundo o TCU, os cortes orçamentários para a Justiça do Trabalho corresponderam a 33%

dos recursos para atividades e a 59% do total destinado a projetos. Em termos de valores, o corte foi de aproximadamente R\$ 900 milhões, representando 58,8% do orçamento aprovado para atividades e projetos neste ano. Os cortes foram feitos pelo Congresso Nacional durante a análise da proposta orçamentária deste ano.

“Deve-se considerar, especialmente, o contexto político excepcional de afastamento da presidente da República por decisão do Senado Federal, com substancial alteração da equipe econômica, à qual não cabe responsabilidade por omissões e ações pretéritas, embora seja de sua competência adotar as medidas ao seu alcance para solucionar a situação fática encontrada”, afirmou o voto do relator da matéria, ministro Raimundo Carreiro.

Fonte: Portal EBC

Ministros do G20 assumem compromisso pelo trabalho decente em reunião na China

Geração de empregos, promoção do trabalho decente, inserção dos jovens no mercado e crescimento econômico com foco na redução de desigualdades. Esses são os principais compromissos assumidos na declaração mundial assinada pelos ministros do Trabalho e Emprego do G20. O documento é o resultado da reunião realizada em Pequim (China), nesta terça e quarta-feira, com a participação do ministro do Trabalho brasileiro Ronaldo Nogueira.



Na carta intitulada “Inovação e Crescimento Inclusivo: Trabalho Decente, Empregabilidade Melhorada e Oportunidades Adequadas de Emprego”, os ministros reconheceram os problemas relacionados à precariedade dos empregos e situações como a escravidão moderna. “O emprego produtivo e trabalho decente são a fundação dos meios de subsistência das pessoas ao redor do mundo”, aponta o documento.

Os ministros também assumiram a necessidade de se prepararem para as mudanças no mundo do trabalho, incluindo os desafios relacionados à globalização e à qualidade dos empregos, e se comprometeram a melhorar a aplicação dos direitos trabalhistas.

Segundo o ministro Ronaldo Nogueira, “estamos diante de fenômenos complexos, como a globalização, a inovação tecnológica e a transição demográfica, que têm impactos diretos sobre o mundo do trabalho. Esses fenômenos trazem desafios para os nossos governos, mas também grandes oportunidades”.

Temas - A Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20, realizada em Pequim, na China, debateu temas como inovação e crescimento inclusivo; promoção do trabalho decente; ampliação da empregabilidade e geração de oportunidades de emprego adequadas. Participaram do encontro mais de 300 delegados e ministros do trabalho dos 19 países membros, o representante da União Europeia no grupo, além de integrantes de organizações internacionais (OIT, OCDE, Banco Mundial e FMI) e representantes de trabalhadores e empregadores.

A Declaração da Reunião Ministerial do Trabalho e Emprego engloba os assuntos discutidos durante os dois dias de reunião e deve

ser apresentada à cúpula do G20. A próxima reunião está prevista para 2017, sob a presidência da Alemanha.

Fonte: MT

TRT-15ª - Mãe de empregado que ficou tetraplégico após acidente de trabalho será indenizada

A 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região condenou uma empresa de comércio de madeiras do município de Piracicaba a pagar indenização à mãe de um trabalhador que ficou tetraplégico após sofrer acidente de trabalho. Por unanimidade, os desembargadores consideraram que a proximidade com a situação gerou abalo moral na mãe e, por consequência, ela tem direito a ser indenizada. A mãe receberá R\$ 20.000 por dano moral reflexo.

"A genitora teve e terá de acompanhar todo o período pós-traumático do acidentado que contava com apenas 17 anos e que, certamente, não retornará a ter uma vida normal", destacou a desembargadora-relatora Antonia Regina Tancini Pestana.

A magistrada destacou dois fatores que contribuíram para a condenação. Em primeiro lugar, a proximidade com a situação fez com que a mãe vivenciasse de perto as consequências do acidente. Além disso, a empresa já havia admitido a culpa e a responsabilidade pelo acidente com o empregado em outro processo, no qual fez acordo

para pagar indenização de R\$ 300.000 ao funcionário.

Ao questionar a decisão de primeira instância, tomada pela juíza do trabalho Renata Mendes Cardoso de Castro Pereira e mantida integralmente pela 3ª Câmara do TRT-15, a empresa defendia que, no processo, já havia quitado os danos causados ao funcionário. Além disso, alegava ter havido a prescrição bial, pois o acidente ocorreu em agosto de 2011 e a mãe do trabalhador acidentado decidiu procurar a Justiça do Trabalho no ano de 2014.

"A quitação mencionada deu-se apenas entre o empregado acidentado e a empresa. Isso, por óbvio, não inclui a autora dos presentes autos", ressaltou a desembargadora Antonia Regina Pestana. Sobre a prescrição, a magistrada afirmou que não se tratava de contrato de trabalho extinto e sim de relação contratual suspensa por causa da situação do empregado. "Não é demais lembrar que a prescrição bial aplica-se única e exclusivamente para o empregado que teve o vínculo encerrado", frisou.

Acordo - Após a publicação do acórdão, a empresa e a mãe do trabalhador solicitaram à Vice-Presidência Judicial do TRT-15 a homologação de um acordo para pagamento dos R\$ 20.000. Com isso, a empresa assumiu o compromisso de não recorrer da decisão e, em contrapartida, não pagará juros e correção monetárias sobre o valor da indenização (Processo 0012629-53.2014.5.15.0051). Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Fonte: Jusbrasil



Reinaldim, Ranthun, dra. Christina e Denilson, na abertura do curso

FETRACONSPAR promove curso sobre cálculos e rescisões – 2ª Turma

A 2ª turma do Curso de Aperfeiçoamento sobre Cálculos Trabalhistas e Rescisões de Contratos de Trabalho começou suas atividades no último dia 11 de julho, quando os participantes compareceram à nova sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná - FETRACONSPAR para realizar a retirada do material para o curso.

Concebido pela FETRACONSPAR visando ao aprimoramento da atuação de seus sindicatos filiados, o curso vem sendo desenvolvido e ministrado pela dra. Christina Pila Teles, advogada especialista nos assuntos abordados, responsável pela edição de 2015 e convidada a repetir sua participação neste ano.

O presidente da FETRACONSPAR, Geraldo Ramthun, acompanhando pelo secretário geral,

Reinaldim Barboza Pereira, e pelo secretário de Finanças, Denilson Pestana da Costa – ambos dirigentes da CONTRICOM, deu as boas vindas aos participantes e à professora, logo após a apresentação do vídeo com a retrospectiva das atividades já promovidas pela Federação em 2016.

As aulas da 2ª turma do Curso de Aperfeiçoamento sobre Cálculos Trabalhistas e Rescisões de Contratos de Trabalho encerraram-se nesta quinta (14) e atingiu, segundo os dirigentes da FETRACONSPAR, plenamente seus objetivos, iniciativa que deve ter continuidade com a formação de novas turmas.

Fonte: FETRACONSPAR



Integrantes da 2ª Turma em atividade



Os participantes do curso recebem o certificado

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTGA - MAZINHO

A convite do sindicalista Manoel Januário Filho, do SINDTICONSPAL e da NCST-AL, participa, desde ontem (14) e hoje (15), em Maceió, de seminário com que a Nova Central está realizando com as entidades afiliadas.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)